

ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 2.515/2024

(MENSAGEM Nº 019) "Autoriza a doação de área do acervo patrimonial do Estado da Paraíba para a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP)."

Parecer pela **APROVAÇÃO** da propositura.

**SÍNTESE** – Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar para a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP) área total de imóvel do seu acervo patrimonial, conforme especificado em seus artigos, com a finalidade de promover a consecução dos objetivos e finalidades sociais de interesse público da entidade beneficiária, ou seja, a implantação do Polo Fabril na cidade de João Pessoa – Paraíba.

**VOTO DO RELATOR** – Cumprimento dos requisitos legais exigidos para projeto autorizativo de doação de imóvel. Interesse público devidamente justificado na doação pretendida. Previsão de retorno do domínio em caso de descumprimento das obrigações. **Art. 76, inciso I, alínea 'b', e §2º da Lei nº 14.133/21;**

Parecer pela **APROVAÇÃO** da propositura.

AUTOR (A): **PODER EXECUTIVO**

RELATOR (A): **Dep. WILSON FILHO**

### PARECER DO RELATOR ESPECIAL Nº 006/2024

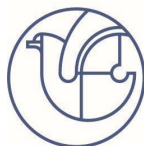
#### I – RELATÓRIO

Recebo, para exame e parecer, o **Projeto de Lei nº 2.515/2024**, de autoria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o qual "Autoriza a doação de área do acervo patrimonial do Estado da Paraíba para a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP)".

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

Através da proposição em análise, o Poder Executivo ficará autorizado a desafetar e doar para a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP) imóvel do seu acervo patrimonial, conforme especificado em seus artigos, com a finalidade de promover a consecução dos objetivos e finalidades sociais de interesse público de cada entidade beneficiária.

Na **Mensagem nº 19**, de junho de 2024, que dirigiu a esta Casa, o Senhor Governador aponta a importância da edição da proposição, alegando que o imóvel que será doado para a CINEP tem o propósito de *"atrair investimentos e gerar empregos"*. Segundo Sua Excelência, *"estudo de mercado demonstra a região do bairro de Mangabeira com elevado potencial para atividades de comercialização, tanto no atacado quanto no varejo de vestuários, além de grande oferta de mão de obra especializada para o setor têxtil, prevista a geração de 2.700 vagas de emprego já na primeira fase"*.

Com relação aos aspectos **constitucionais**, observamos que é competência do Governador iniciar o processo Legislativo sobre o tópico ora discutido e este deve ser, de fato, analisado em sede estadual.

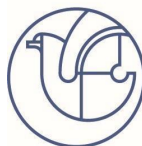
Já no que diz respeito à análise da **legalidade** da proposta, temos que a doação de bens públicos **imóveis** é regulada **pelo art. 76, inciso I, alínea 'b', e §2º da Lei nº 14.133/21**, que estabelece:

*"Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:*

*[...]*

*b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas "f", "g" e "h" deste inciso;*



[...]

§ 2º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I do **caput** deste artigo, cessadas as razões que justificaram sua doação, serão revertidos ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada sua alienação pelo beneficiário."

Registre-se por oportuno o conceito de "Doação", segundo o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, *verbis*:

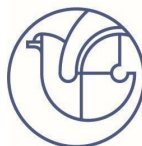
*"Doação é o contrato pelo qual uma pessoa (doador), por liberalidade, transfere do seu patrimônio um bem para o de outra (donatária), (CC 1916, art. 1.165; CC 2002, arts 538 e ss.). É contrato civil, e não administrativo, fundado na liberalidade do doador, embora possa ser com encargos para o donatário.*

**A Administração pode fazer doações de bens móveis e imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo.** *Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem de lei autorizadora, que estabeleça as condições para sua efetivação, de prévia avaliação do bem a ser doado e de licitação." (Grifou-se) (Direito Administrativo Brasileiro, 29ª Edição, 2004, p. 512).*

A autorização legislativa é um requisito imprescindível à validade do negócio, atendendo a uma boa interpretação do que se estabelece da Constituição Federal. No mais, percebe-se que com relação aos demais requisitos legais exigidos para o projeto autorizativo, há interesse público devidamente justificado na doação pretendida e previsão de retorno do domínio em caso de descumprimento das obrigações, estando cumpridos, portanto, os requisitos necessários para a medida pretendida.

Quanto à **juridicidade** e à **regimentalidade**, não se encontram quaisquer vícios impeditivos à tramitação da proposta. Já no que tange à **técnica legislativa**, a proposta se encontra em consonância ao que dispõe a Lei Complementar nº 95/98, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No que diz respeito ao **mérito proposta**, entendemos que a lei que autoriza a doação de imóvel do acervo patrimonial do estado da Paraíba para a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP) é matéria **oportuna** e **conveniente**, devendo ser aprovada por esta casa Legislativa.



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
"Comissão de Constituição, Justiça e Redação"



Considerando a importância da matéria, observa-se que a medida é dotada de relevante interesse coletivo, visto que *tem a finalidade de promover a consecução dos objetivos e finalidades sociais de interesse público da entidade beneficiária, ou seja, a implantação do Polo Fabril na cidade de João Pessoa – Paraíba.*

Nestas condições, opino pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.515/2024.**

É como voto.

Plenário, em 11 de junho de 2024.

**DEP. WILSON FILHO**

RELATOR ESPECIAL